

O ATLÂNTICO SUL NA PERSPECTIVA BRASILEIRA DE SEGURANÇA E DEFESA

FERNANDO MANOEL FONTES **DIÉGUES**
Vice-Almirante (Ref^o)

SUMÁRIO

Introdução
Os interesses brasileiros no mar
Focos de tensão e instabilidade na região
A presença de potências extrarregionais no Atlântico Sul
Conclusão

INTRODUÇÃO

Embora no mar não existam áreas de referência notáveis com o significado político-estratégico que os centros urbanos, industriais ou governamentais em terra firme normalmente têm, ele sempre foi, e permanece sendo, lugar de atividades e acontecimentos decisivos na vida das nações. Imenso espaço comum, aberto à circulação de homens e mercadorias em todas as direções, não poucas vezes deixou de ser o espaço natural de intercâmbio entre os

povos para transformar-se em uma arena de competição e conflito.

À luz dessa realidade, patente no curso da história, proponho-me a examinar neste artigo o Atlântico Sul como cenário inseparável das exigências de segurança e defesa do Brasil e, ao mesmo tempo, aberto à aproximação e ao fortalecimento da confiança entre as nações situadas às suas margens ou que nele estão presentes.

São vários os significados que a palavra segurança pode sugerir. Ela é aqui entendida como uma condição na qual os

Estados consideram que não correm o risco de uma agressão militar, não estão expostos a pressões políticas e a imposições ou coerção econômicas, de modo que podem livremente se dedicar ao próprio desenvolvimento e progresso.¹ A abrangência da segurança é relativa. Ela nunca é absoluta; é sempre alguma coisa que se persegue. De fato, é muito pouco provável que um Estado possa sentir-se, em qualquer momento, inteiramente livre de eventuais constrangimentos ou pressões, sejam políticos, econômicos ou mesmo militares.

Já a defesa, embora possa estar associada aos aspectos da segurança acima mencionados – e não é raro que isso aconteça –, diz respeito mais apropriadamente ao emprego do poder militar. É de praxe conceber-se a segurança como um estado e a defesa, um ato.

Alerto o leitor para o fato de que o Atlântico Sul a que me refiro se estende por latitudes acima da linha do equador. Não é o mesmo Atlântico Sul geográfico. Vale lembrar que o extremo norte do litoral brasileiro e as águas jurisdicionais que lhe são contíguas situam-se ao norte do equador. Evita-se, assim, além disso, com esse “ajuste” na geografia, a divisão artificial de uma das suas principais áreas estratégicas: a passagem entre os salientes nordestino, no Brasil, e o do noroeste da África.

Começo o artigo com um resumo das atividades que representam interesses brasileiros no mar e são, por conseguinte, fatores relacionados à segurança do país no

Atlântico Sul. Examinado, em seguida, os focos de tensão e instabilidade e a atuação de potências extrarregionais nesse oceano. Destaco-os como argumentos da discussão, como fatores essenciais de referência na avaliação do panorama da segurança no Atlântico Sul. Dou remate ao artigo com algumas observações sobre as eventuais implicações desse panorama para o Brasil.

OS INTERESSES BRASILEIROS NO MAR

As atividades de interesse do Brasil no Atlântico Sul contribuem de forma considerável para o seu desenvolvimento econômico e social. Vale a pena aqui lembrá-las, ainda que de modo sucinto.

Uma dessas atividades é o **transporte marítimo**, responsável por mais de 95% de nosso comércio exterior. Centenas de navios mercantes por dia

circulam no Atlântico Sul em linhas de comunicação marítimas de interesse do Brasil. Embora em 2009 tenha sofrido uma queda de 24%, causada pela crise financeira internacional, em 2008 esse comércio alcançou a cifra de US\$ 371 bilhões, correspondente a algo entre 15 e 20% do Produto Interno Bruto (PIB) do País.² A importância do transporte marítimo não se limita à consideração dos benefícios econômicos que ele viabiliza diretamente. Tende a ter um efeito interativo e estimulante em outras áreas da economia: na Marinha Mercante,

As atividades de interesse do Brasil no Atlântico Sul contribuem de forma considerável para o seu desenvolvimento econômico e social

1. Esse conceito de segurança se baseia naquele proposto por um grupo de cientistas políticos reunido em Tashkent, capital do Uzbequistão, sob os auspícios da ONU, em maio de 1990.

2. Do *site* do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Acesso em 8/5/2010.

na construção naval, no desenvolvimento dos portos.

Outra atividade relevante é a **exploração de petróleo no mar**. Em 2009, 91% da produção de petróleo – cerca de 2 milhões de barris diários – foram extraídos do mar. Nesse mesmo ano, as reservas provadas do País eram de 13 bilhões de barris. Segundo especialistas, as reservas de óleo e gás do pré-sal podem chegar a mais de 100 bilhões de barris de “óleo equivalente” (unidade usada para expressar volumes de petróleo e gás natural na mesma unidade de medida). Assumindo um valor médio por barril durante a vida útil dos campos do pré-sal, estimam esses especialistas que a exploração de reservas desse porte poderá resultar em uma receita de US\$ 11 trilhões em 30 anos ou, em média, US\$ 366 bilhões ao ano.³

Embora a **pescaria** não tenha uma projeção econômica e financeira em níveis similares aos do comércio e da exploração de petróleo no mar – a geração de renda por ela proporcionada se situa em torno dos US\$ 5 bilhões anuais –, dá razoável contribuição, em especial no Norte e no Nordeste, onde se destaca a pesca artesanal, às economias locais. No Sul e no Sudeste predomina a pesca industrial, efetuada por uma frota estimada em cerca de 3 mil embarcações. Digno de nota na exploração dos recursos vivos do mar é o avanço da aquicultura. Nos últimos anos ela vem sendo responsável por um apreciável aumento anual das exportações brasileiras de pescado.⁴

Outro tipo de atividade é o de **levantamentos e pesquisas no mar**. A exploração científica do mar, além de facultar ao País maior independência no campo das ciências

e da tecnologia marítimas, reforça o potencial de defesa de sua soberania e, no fim de contas, sua própria segurança, ao proporcionar um conhecimento mais confiável e exato do ambiente e, portanto, do espaço marítimo de sua atuação. Abre caminho para o aproveitamento racional de recursos até então inexplorados, como, por exemplo, os nódulos polimetálicos do fundo do mar, ou a utilização da energia, que, sob a forma de ondas e marés, encontra-se armazenada nos oceanos. O Brasil conta atualmente com mais de duas dezenas de instituições participantes de vários programas nacionais, como Levantamento da Plataforma Continental (Leplac) e Avaliação dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva (Revizee), coordenados pela Marinha.

Pode-se concluir, enfim – é o que pretendo aqui ressaltar, ainda que a partir dessa resumida e incompleta menção às atividades marítimas de interesse do País –, que a importância do mar para o Brasil deriva de sua caracterização como um prolongamento natural e complementar do espaço continental. No mar se realizam atividades que se articulam e das quais dependem, em larga escala, as atividades em terra.

Por isso mesmo, o livre uso do mar é condição indispensável ao desenvolvimento e ao progresso do País. As agressões ou restrições a que as atividades marítimas possam estar sujeitas, em caso de conflito, ou mesmo em tempos supostos de paz, afetariam, em maior ou menor grau, a prosperidade e o bem-estar social da nação. A promoção desses objetivos sem entraves ou antagonismos depende dos fatos e circunstâncias que balizam o panorama da segurança no Atlântico Sul.

3. Fantine, José & Alvim, Carlos Feu – *Petróleo e Soberania* – Scientific American – Oceanos 4 – Petróleo, Poluição e Energias Alternativas – p. 17 a 21 – s/data.

4. Vidigal, Armando Amorim Ferreira e outros – *Amazônia Azul: o mar que nos pertence* – Rio de Janeiro: Record, 2006 – p.149 a 152.

FOCOS DE TENSÃO E INSTABILIDADE NA REGIÃO

Alguns dos elementos essenciais na avaliação desse panorama são os focos de tensão e instabilidade na região. A instabilidade nos países ribeirinhos põe em risco os interesses brasileiros. Tende a atropelar o andamento harmonioso de nossas relações com esses países. A estabilidade e a paz no Atlântico Sul e a evolução dos países ribeirinhos de maneira equilibrada, sem sobressaltos, são condições favoráveis à segurança e à liberdade de manobra política do Brasil no campo internacional.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que ocorreram na margem africana, nos últimos 20 e poucos anos, acontecimentos bastante positivos. A Namíbia conquistou sua independência. O *apartheid* ruiu na África do Sul. A guerra civil terminou em Angola. Com o fim da Guerra Fria, desvaneceram-se os receios relativos à presença de unidades navais e aeronaves soviéticas na margem ocidental do continente.

Não se pode dizer, no entanto, que esses fatos inauguraram uma era de paz e segurança na região. Os alinhamentos da Guerra Fria se desfizeram, mas deixaram o campo livre para o agravamento de tensões e a ocorrência intermitente de conflitos com raízes em rivalidades ou causas locais: étnicas, religiosas, separatistas ou, simplesmente, disputas pelo poder em âmbito nacional ou regional. Mais de uma dezena de países do continente passaram, nos últimos dez ou 15 anos, por guerras civis ou outros tipos de conflito. Muitas dessas guerras terminaram, mas a paz permanece frágil, muitos focos de luta continuam acesos.

Voltando a atenção para o sul da margem sul-americana, logo se destaca o Mercosul como um polo aglutinador da cooperação entre os países da sub-região. O futuro do Mercosul é, no entanto, hoje em dia, uma incógnita. O processo de integração entre seus membros encontra-se, há alguns anos, paralisado. A percepção dos países menores, Uruguai e Paraguai, é a de que o Mercosul tem se limitado a beneficiar o Brasil e a Argentina. O governo argentino cria restrições alfandegárias às importações de produtos brasileiros. As prováveis implicações ambientais da construção de duas fábricas de celulose na margem uruguaia do Rio Uruguai levantam protestos na Argentina. Nes-

se mesmo contexto do Cone Sul, as pretensões paraguaias põem em risco a solidez do Tratado de Itaipu.

É bem verdade, no entanto, que esses desencontros não se traduzem na geração de níveis insuportáveis de tensão; não se

projetam sob a forma de divergências que não possam ou já não tenham sido mesmo superadas. Podem até ser vistos como naturais. O apego à precedência do interesse nacional nunca está ausente das relações internacionais.

Já a conjuntura no norte da América do Sul apresenta-se de forma bem mais inquietante. A guerrilha associada ao narcotráfico engolfa a Colômbia em um conflito cujos rescaldos atravessam as fronteiras do país. O ataque colombiano, em março de 2008, a um grupo de guerrilheiros em território equatoriano deu motivo à ocorrência de uma séria crise na região. Equador e Venezuela retiraram seus embaixadores de Bogotá e mobilizaram forças na fronteira

O futuro do Mercosul é, hoje em dia, uma incógnita. O processo de integração entre seus membros encontra-se, há alguns anos, paralisado

com a Colômbia. Já em julho deste ano, o Presidente da Venezuela foi acusado de tolerar a presença de guerrilheiros colombianos em seu país. Não é de todo improvável, enfim, que o antagonismo, até então retórico, entre os governos americano e venezuelano possa assumir um tom mais grave e hostil, envolvendo, inclusive, outros países.

A aproximação entre os governos da Venezuela e da Rússia é mais uma variável a alterar o equilíbrio geopolítico na região.

Desde 2005, a Venezuela é o principal cliente da indústria bélica russa na América Latina. Um acordo entre os dois países prevê a ajuda de Moscou à construção de uma usina nuclear na Venezuela. Na mesma época da assinatura do acordo, as Marinhas dos dois países realizavam exercícios no Caribe. Em abril deste ano, foi anunciado, na visita do Primeiro-Ministro Vladimir Putin a

Caracas, o apoio russo à implantação da indústria espacial venezuelana.

Os contenciosos territoriais reforçam o ambiente de tensão. O Lago de Maracaibo é alvo de disputas entre a Colômbia e a Venezuela. A Venezuela não reconhece a fronteira com a Guiana e reivindica nada menos que três quartos do território vizinho.

Outro desafio à estabilidade e à segurança no Atlântico Sul é representado pelas organizações criminosas transnacio-

nais, atuantes no tráfico de drogas, armas e pessoas, e na pirataria. Tais atividades criminosas tendem, à medida que seus efeitos se alastrem, a degradar os laços de convivência social, a solapar a confiança dos cidadãos nos governantes e nas instituições. Um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgado em junho deste ano destaca a grave situação de áreas da África Ocidental, transformadas nos últimos anos em importantes centros de tráfico de cocaína.⁵ Os números referentes à

pirataria também não são animadores. Segundo a Câmara Internacional de Comércio, foram registrados em 2009 28 ataques de piratas a navios mercantes em águas ao largo da Nigéria.⁶

A conjuntura no norte da América do Sul apresenta-se de forma bem mais inquietante

★ ★ ★

A aproximação entre os governos da Venezuela e da Rússia é mais uma variável a alterar o equilíbrio geopolítico na região

A PRESENÇA DE POTÊNCIAS EXTRARREGIONAIS NO ATLÂNTICO SUL

Outro elemento essencial de referência é

a presença e atuação de potências extrarregionais no Atlântico Sul.

A presença do Reino Unido se manifesta na posse de territórios insulares, utilizados como pontos de apoio e controle de áreas no Atlântico Sul: Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Malvinas, Geórgias do Sul, Sandwich do Sul e Órcadas do Sul. A importância estratégica da Ilha de Ascensão, situada em posição central no Atlântico Sul, ficou demonstrada na Guerra das Malvinas, em 1982.

5. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – *Relatório Mundial sobre Drogas 2010* – Divulgado em junho/2010, citado no *site* DefesaNet. Acesso em 26/6/2010.

6. Segundo o Escritório Marítimo Internacional, órgão da Câmara Internacional de Comércio.

A disputa pelas Malvinas (Falklands para os ingleses) continua. As pretensões da Argentina em relação ao arquipélago permanecem inalteradas. Após a guerra, o Reino Unido reforçou a defesa das ilhas com a presença de navios, aeronaves e mais de mil soldados. Em fevereiro deste ano, o contencioso experimentou um novo pico de tensão com o anúncio pelo governo britânico do início da exploração de petróleo no subsolo em torno das ilhas. Em represália, o governo argentino adotou medidas de controle mais rigorosas, dificultando o tráfico para as ilhas a partir do continente ou passando por suas águas jurisdicionais.

Não é muito provável – pelo menos a curto ou médio prazo – uma solução política definitiva para a disputa entre os dois países. A relutância de Londres em negociar com Buenos Aires parece ter outro motivo além das jazidas de petróleo das Malvinas. Juntamente com as ilhas vizinhas, também ocupadas pelo Reino Unido, elas são, de fato, uma posição estratégica privilegiada, um portão de entrada e controle de amplas áreas da An-

tártica, com seus imensos recursos vivos, energéticos e minerais, e a maior reserva de água doce do planeta.⁷

No final de fevereiro, representantes dos 32 países da América Latina e do Caribe, reunidos em Cancun, respaldaram “os legítimos direitos da Argentina na disputa de soberania com o Reino Unido relativa às Ilhas Malvinas”.⁸ Voltando os olhos para o outro lado da disputa, não é descabido suspeitar que, no caso de uma crise mais grave, o Reino Unido tenha o apoio de seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).⁹

Outra presença extrarregional importante no Atlântico Sul é a dos Estados Unidos, única potência mundial capaz de projetar e sustentar operações em larga escala a grandes distâncias. Alguns fatos sugerem o crescimento, nos últimos anos, do interesse americano no Atlântico Sul.

Um deles se manifesta na intensificação das operações de navios da Marinha americana na costa ocidental da África, em especial no Golfo da Guiné, acompanhada de ofertas de treinamento e assistência. A criação, em 2007, do

Outro desafio à estabilidade e à segurança no Atlântico Sul é representado pelas organizações criminosas transnacionais, atuantes no tráfico de drogas, armas e pessoas, e na pirataria

★ ★ ★

A disputa pelas Malvinas continua. As pretensões da Argentina em relação ao arquipélago permanecem inalteradas

★ ★ ★

Alguns fatos sugerem o crescimento, nos últimos anos, do interesse americano no Atlântico Sul

7. Rozoff, Rick – *South Atlantic: Britain may provoke new conflict with Argentina* – Noticiari naval. Acesso em 25/2/2010.

8. *Apoio em bloco à Argentina* – O Globo, 23/2/2010.

9. Rozoff, Rick – *idem*.

Comando África, abrangendo os países da África Ocidental, antes vinculados ao Comando Europeu, é mais um desses fatos a ressaltar. Não estaria longe da verdade afirmar que a importância da África Ocidental para os EUA vem crescendo à medida que, diante das incertezas políticas do Oriente Médio, crescem suas importações de petróleo da região. Nigéria e Angola estão entre os dez maiores fornecedores do país.

Já na margem sul-americana, a presença militar americana na Colômbia é outro fato expressivo. Fora os países do Oriente Médio, a Colômbia é aquele que mais recebe ajuda militar dos EUA: cerca de US\$ 6 bilhões desde 1999. O acordo entre os dois países, com vistas à utilização pelos EUA, por dez anos, de sete bases colombianas em operações – conforme declarado – de combate ao narcotráfico e ao terrorismo, suscita desconfianças e reservas da parte dos países sul-americanos.

Duas dessas bases se situam no litoral leste da Colômbia: a Base Naval de Cartagena e a Base Aérea de Malambo, de onde operam aeronaves de patrulha marítima.

A reativação, em 2008, da 4ª Esquadra, subordinada ao Comando Sul dos EUA, é mais uma decisão sinalizadora do foco americano no Atlântico Sul. Um contingente de 120 militares na Base Naval de Mayport, na Flórida, é responsável pelo planejamento, comando e controle e apoio logístico às unidades da Esquadra. Navios serão destacados, quando necessário, da 2ª Esquadra, baseada no Atlântico Norte.

A atribuição da responsabilidade pelo Atlântico Sul, de forma direta e exclusiva, a um novo comando não é necessariamente – ressaltar esse ponto – produto de uma irredutível disposição intervencionista ou

uma medida vinculada à aplicação de uma nova política de emprego da força em qualquer situação em que os interesses americanos se vejam ameaçados. Longe disso. Mas é um evidente sinal da maior atenção do governo americano às mudanças que se processam no panorama político-estratégico e à salvaguarda de seus interesses no Atlântico Sul.

Várias razões – ou todas elas em conjunto – poderiam explicar a reativação da 4ª Esquadra: a postura desafiadora e a aproximação do governo venezuelano com o da Rússia, cujos navios passavam a ser vistos em exercícios no Caribe; o monitoramento das novas descobertas e da exploração de petróleo na plataforma continental de países como o

Brasil, a Nigéria e Angola; como um contrapeso à expansão da presença econômica da China nos países ribeirinhos, em particular na África.

E, de fato, nos últimos anos, essa presença é cada vez mais forte e difusa. Não se vincula à posse de territórios ou à exibição de força militar, mas se revela – não creio que seja exagerado usar essa palavra – avassaladora no campo da economia. A indústria de construção naval chinesa é uma das três maiores do mundo. Entre os 20 maiores portos, nove estão na China, inclusive o maior, o de Xangai. A maior frota do mundo em número de navios transporta grande parte de seu comércio. O crescimento do país aguça seu apetite por energia e matérias-primas e estimula a realização de vultosos investimentos no exterior.

Em 2009, a China superou os Estados Unidos como o maior parceiro comercial do Brasil. Segundo dados do Banco Central, os investimentos diretos chineses no

Em 2009, a China superou os Estados Unidos como o maior parceiro comercial do Brasil

primeiro trimestre deste ano colocaram o país na posição de quinto maior investidor estrangeiro no Brasil. Com as aquisições em andamento ou já realizadas após o primeiro trimestre, nos setores de petróleo e mineração, deve assumir posição ainda mais elevada.¹⁰

Cresce o comércio chinês com os demais países do Mercosul. Entre 2007 e 2009, as exportações chinesas para a Argentina, o Paraguai e o Uruguai tiveram um aumento de 7,3%, enquanto as vendas brasileiras para os mesmos países caíram 18%.¹¹

O comércio com a África como um todo passou de US\$ 10 bilhões em 2000 para US\$ 90 bilhões em 2009, superando os US\$ 86 bilhões dos EUA nesse último ano. Segundo uma matéria publicada em julho na revista *Time*, com o sugestivo título “China’s new continent”, mal passa um mês sem que haja o anúncio de um novo investimento chinês de bilhões de dólares na África: em refinarias na Nigéria; na exploração de petróleo no mar em Angola; no sistema bancário na África do Sul.¹²

A presença chinesa suscita, enfim, dúvidas quanto a seus eventuais desdobramentos. Dúvidas que se refletem, por exemplo, na preocupação demonstrada, ainda em março de 2006, pelo General Bantz J. Craddock, então chefe do Comando Sul dos

EUA, em depoimento à Comissão das Forças Armadas da Câmara, com a crescente participação em cursos e treinamentos de militares latino-americanos na China.¹³

Dúvidas que também são passíveis de aflorar das palavras do contra-almirante chinês Zhang Huachen, quando associa, em entrevista à agência de notícias estatal Xinhua, a estratégia naval à expansão dos interesses econômicos de seu país: “Com as mudanças de nossa estratégia naval, passamos da defesa costeira à defesa ma-

rítima de longa distância”.¹⁴ É bem verdade que o almirante tinha em mente, ao usar a expressão “longa distância”, a projeção do poder naval chinês para além de suas águas costeiras até os portos petrolíferos do Oriente Médio e linhas de navegação do Pacífico. Mas não seria um absurdo suspeitar

que os interesses do país possam levar seu poder naval a frequentar, no futuro, mares ainda mais distantes.

Deve-se lembrar, por fim, a presença da França no Atlântico Sul. Ela se manifesta na América do Sul com a Guiana Francesa, Departamento Francês Ultramarino. Na margem africana, a França procura aprofundar laços de cooperação com as antigas colônias. A “parceria estratégica” entre o Brasil e a França, centrada na construção dos submarinos previstos na Estra-

O Brasil não se depara com adversários ou inimigos, com uma ameaça concreta, direta, muito menos sufocante ou inexorável, a seus interesses e segurança, no ou a partir do Atlântico Sul

10. *Desembarque chinês* – O Globo, 22/5/2010.

11. *China beats Brazil in its own backyard as BRIC summit seeks unity* – Noticiari Naval – Acesso em 21/4/2010.

12. *China’s new continent* – Time, 5/7/2010.

13. *A batalha pela América Latina* – O Globo, 2/4/2006.

14. Citado em *Forças Armadas chinesas querem expandir seu poder naval* – Matéria do *New York Times*, transcrita em notícias.terra.com.br/mundo. Acesso em 24/4/2010.

tégia Nacional de Defesa (END), deve ocasionar uma maior aproximação entre os dois países no campo militar naval.

CONCLUSÃO

O Brasil não se depara com adversários ou inimigos, com uma ameaça concreta, direta, muito menos sufocante ou inexorável, a seus interesses e segurança, no ou a partir do Atlântico Sul. Os focos de tensão ou instabilidade na região potencializam riscos, podem ser vistos como incubadoras de conflitos passíveis de se alastrarem pelo contágio, mas não representam propriamente uma ameaça. O mesmo pode ser dito da atuação das potências extrarregionais. Elas introduzem no cenário – é verdade – elementos de força e poder que tendem a ter, em certos casos mais específicos, um efeito desestabilizador, mas essa não é uma tendência generalizada.

Não é nada improvável, contudo, que, na hipótese – insisto nesse ponto: apenas por hipótese, pois só os incautos e temerários se julgam capazes de prever o futuro – de um eventual agravamento das tensões, alimentadas pela instabilidade, por pressões voltadas à satisfação de interesses na região, a ameaça possa se concretizar sob a forma de contestações à soberania nacional sobre certas áreas marítimas, de hostilidades contra o tráfego marítimo e o patrimônio brasileiros.

Mas também não se deve esperar que as questões de segurança e defesa no Atlântico Sul se limitem a refletir a influência de fatores originários exclusivamente

da região. Em um mundo plano, globalizado, tais questões não podem conservar-se impermeáveis às mudanças em curso no tabuleiro geopolítico mundial, ao impacto demolidor das crises financeiras, aos efeitos econômicos e sociais dos desequilíbrios na distribuição de alimentos ou da escassez de água e energia. Seria imprudente supor que o Brasil possa estar sempre livre de riscos ou sobressaltos, que nunca possa deparar-se com iniciativas externas mais agressivas ou hostis. É concebível que as sequelas de um mundo em transição tornem esse mundo mais nervoso e inseguro.

O livre uso do mar pelo Brasil, diante de ameaças com que, eventualmente, possa vir a defrontar-se no Atlântico Sul, dependerá em grande parte, e em primeiro lugar, da capacidade de suas Forças Armadas ostentarem uma imagem capaz de desencorajar agressões. Uma ima-

gem capaz de suscitar, em suma, um efeito inibidor.

Essa capacidade de ação militar não pode prescindir do efetivo controle de uma área marítima que tem um significado estratégico mais crítico para o País, equivalente a mais de 50% de seu território continental, na qual a soberania e a jurisdição nacionais devem prevalecer sem restrições: a Amazônia Azul, constituída pela Zona Econômica Exclusiva e a Plataforma Continental, que, em alguns pontos do litoral, chega a 350 milhas marítimas de distância da costa. Um valioso instrumento desse controle será o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul, concebido pela Marinha como um projeto nacional, à semelhan-

O livre uso do mar pelo Brasil, dependerá em grande parte, e em primeiro lugar, da capacidade de suas Forças Armadas ostentarem uma imagem capaz de desencorajar agressões

ça do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) e do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam).

A prioridade atribuída na END, entre outros objetivos estratégicos, à negação do uso do mar a qualquer concentração de forças hostis que se aproxime do Brasil pelo mar impõe-se como decorrência lógica e natural de uma concepção estratégica voltada para o controle e proteção da Amazônia Azul. Para isso, a Marinha deverá contar com uma força de submarinos convencionais e de propulsão nuclear. Nesse contexto, a END estabelece, ainda, como focos de atuação da Marinha a defesa das plataformas petrolíferas, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras; e a resposta a qualquer ameaça, por Estado ou forças não convencionais ou criminosas, às vias marítimas de comércio do País.

Mas já dizia um velho ditado que é melhor prevenir do que remediar. Daí o sentido de iniciativas, articuladas com a política externa, que reforcem a confiança entre as nações e contribuam para o desenvolvimento e a consolidação de um clima de segurança no Atlântico Sul. Entre tais iniciativas, está o intercâmbio entre as Marinhas da região.

São exemplos desse intercâmbio: a realização de exercícios em conjunto, as reuniões bilaterais a nível de Estado-Maior para a discussão de temas militares de interesse comum, a parceria no controle de áreas marítimas, a mútua participação em cursos e estágios, em diversos tipos de treinamento. Merece aqui especial menção o apoio dado pela Marinha à criação e à formação do pessoal da Ala Naval das Forças Armadas da Namíbia. Embora não consista propriamente em um intercâmbio, não se deve esquecer também a participação de unidades ou militares brasileiros em operações de paz das Nações Unidas no Haiti, na República Democrática do Congo, em Angola, na Costa do Marfim, na Guiné-Bissau e no Senegal.

O Atlântico Sul é, em suma, sob o ponto de vista das exigências de segurança e defesa do País, um prolongamento espacial aberto à projeção e atuação dos protagonistas de crises, como a da Guerra da Lagosta, ou de conflitos, como o da Guerra das Malvinas. Mas pode ser também um cenário propício à maior cooperação e ao compartilhamento de interesses entre os países da região, sobretudo diante dos riscos e incertezas embutidos no panorama geopolítico de um mundo em transição.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<POLÍTICA> Segurança; Estratégia; Atlântico Sul; Defesa; Poder marítimo; Geopolítica; Mercosul; Relações internacionais; Economia;